



É URGENTE MUDAR DE RUMO!

AUMENTAR SALÁRIOS E PENSÕES,
GARANTIR EMPREGO COM DIREITOS,
CONSTRUIR UM FUTURO DIGNO PARA TODOS!

Ana Pires

(Comissão Executiva da CGTP-IN)

Vivemos tempos de grande complexidade. A pandemia revelou as fragilidades de um país marcado por décadas de política de direita, de submissão às imposições da União Europeia, de serviço ao grande capital e com uma estrutura produtiva debilitada cujos impactos sentimos agora de forma acrescida. Foram anos a fio de opções políticas concretas de desinvestimento na saúde, educação, segurança social que dificultam muito a resposta que é preciso dar agora e no futuro aos trabalhadores e ao povo.

As medidas que o Governo do PS avançou no sentido de responder ao surto epidémico e aos problemas económicos e sociais, continuam marcadas por um profundo desequilíbrio em favor do capital. O grande patronato, aproveitando-se das medidas, instrumentaliza a situação que o país atravessa e procura intensificar a exploração.

O resultado está à vista de todos: trabalhadores com vínculos precários descartados, despe-

dimentos colectivos depois das grandes empresas usufruírem de milhões em ajudas, atropelos aos direitos nos horários, férias, descansos, falta de condições de segurança e saúde, cortes nos salários, bloqueios na contratação colectiva, ou seja, desemprego, pobreza e dificuldades crescentes.

Ao contrário do que a fortíssima campanha ideológica em desenvolvimento quer fazer crer, as reivindicações dos trabalhadores de

que a CGTP-IN é portadora precisam da intensificação da luta e da sua convergência.

O aumento geral dos salários e das pensões, a segurança no emprego, a dinamização da contratação colectiva, o incremento da produção nacional e a aposta no papel do Estado para o desenvolvimento de Portugal, são reivindicações justas que não só mantêm, como ganham ainda mais actualidade e premência.

O Orçamento de Estado para 2021 não responde à mudança de rumo que se exige para garantir as necessidades dos trabalhadores e do País, embora contenha algumas medidas que, de forma muito insuficiente, vêm ao encontro de reivindicações da CGTP-IN. É possível e fundamental, que na fase da discussão em curso, se introduzam alterações que traduzam a opção pela valorização do trabalho, de quem trabalha e trabalhou, pelo apoio à recuperação económica e desenvolvimento soberano do País, medidas de garantia das retribuições e do emprego, e de investimento nos serviços públicos e nas Funções Sociais do Estado, com a sua capacitação para a resposta necessária ao momento e também para o futuro.

A recuperação económica depende de forma crucial da procura interna. A dinamização da economia, o consumo necessário para esse desenvolvimento, só acontece havendo recuperação de emprego, diminuição de desemprego, aumentos nos salários e nas pensões.

Ainda que valorizemos o aumento extraordi-

nário das pensões, consideramos inaceitável que não abranja todas, tendo como limite as pensões até 658€. Acresce a este problema a intenção de não haver lugar a qualquer actualização no ano de 2021. Ainda que da aplicação das regras em vigor resulte a sua não actualização, consideramos justo e muito necessário que seja previsto um regime especial de actualização.

A sociedade deve valorizar e respeitar o seu compromisso com os mais idosos, que trabalharam e contribuíram toda uma vida. A degradação do valor das pensões é inaceitável. É imperativo mudar a política de actualização das pensões que discrimina os pensionistas em função do seu rendimento, desvalorizando o sistema contributivo e imprimindo uma marca assistencialista no direito à pensão.

Há ainda um longo caminho a percorrer. Não só no que diz respeito às pensões, mas também no que diz respeito à saúde e à protecção na velhice.

A luta por melhores condições de vida, de trabalho, de quem trabalha e trabalhou, é uma luta de todos. Garantir condições de vida para quem trabalhou e acabar com o modelo de precariedade e baixos salários que levará a um retrocesso imenso na protecção dos futuros reformados se não for travado, é uma das prioridades de intervenção de todo o Movimento Sindical de Classe que a CGTP-IN protagoniza.

14/11/2020